



Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas
Brasil

Monseff Perissinotto, Renato; Fernandes Veiga, Luciana
Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos
candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010
Opinião Pública, vol. 20, núm. 1, abril, 2014, pp. 49-66
Universidade Estadual de Campinas
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32930514003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010

Renato Monseff Perissinotto

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná

Luciana Fernandes Veiga

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Este artigo procura analisar a profissionalização política e seus efeitos em quatro partidos brasileiros - o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os Democratas (DEM), tendo como objeto os candidatos a deputado federal por essas legendas nas eleições de 2010. A pesquisa baseia-se em *survey* aplicado a 120 candidatos a deputado federal. A partir de uma definição conceitual foi construído o índice de profissionalização política. Como resultados, constata-se menos "profissionais da política" e mais "políticos ocasionais" dentre os candidatos dos quatro partidos em 2010. A tendência é mais acentuada entre os candidatos de centro-direita. Políticos profissionais e políticos ocasionais têm leituras distintas sobre que aspectos mais importam na hora de definir a composição da lista e as chances de vitória eleitoral.

Palavras-chave: profissionalização política; partidos políticos; processo de recrutamento

Abstract: The purpose of this article is to analyze political professionalization and its effects in four Brazilian parties - Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) and Democratas (DEM). Data used in the article come from a survey with 120 candidates to federal deputy equally distributed among the four parties. An index for political professionalization was created from a conceptual definition. As a result, it was found that there are less "professional politicians" and more "occasional politicians" among the candidates of the four parties in 2010 elections. The trend is more pronounced among the center-right candidates. Professional politicians and occasional politicians have different perceptions about the aspects that matter for defining the composition of the list and the chances of electoral success.

Keywords: political professionalization; political parties; recruitment process

Apresentação¹

O surgimento e a consolidação das democracias representativas ao longo dos séculos XIX e XX produziram o importante fenômeno da “profissionalização política”, isto é, o surgimento de um grupo de pessoas assalariadas integral e permanentemente dedicadas à atividade política². Em termos gerais, esse tema foi estudado a partir de duas perspectivas analíticas diferentes, porém relacionadas. De um lado, alguns pesquisadores procuraram analisar o processo de produção dos políticos profissionais como resultado da autonomização do próprio campo político, de acordo com Bourdieu (1989), ou, o que parece significar a mesma coisa, como fruto da autonomia e especialização funcional das instituições políticas, como em Huntington (1975) ou em Polsby (2008). Um sinal inequívoco dessa autonomização/especialização funcional seria o surgimento de um processo de recrutamento especializado, capaz de produzir uma clara diferenciação entre os agentes portadores dos atributos necessários ao exercício da função política, os profissionais, e os amadores (os “profanos”), produzindo a exclusão destes últimos.

De outro lado, outros estudiosos se perguntavam acerca dos efeitos comportamentais que esse processo de profissionalização produziria na política, em geral, e na democracia, em particular. Desse ponto de vista, inicialmente, como bem mostra Damamme (1999), a profissionalização política é analisada de uma perspectiva essencialmente normativa, sendo vista como algo deletério tanto à direita quanto à esquerda do espectro ideológico. Para a direita, o político profissional era um agente que degradava o nobre ofício da função política, transformando uma atividade supostamente desinteressada em mera fonte de sobrevivência; para a esquerda, era necessário denunciar o processo inevitável de “aburguesamento” pelo qual passaria o representante da classe operária uma vez transformado em político profissional. Tanto num caso como no outro, a crítica direcionava-se ao fato de a profissionalização gerar um agente político portador de interesses próprios, o que poderia deturpar a relação de representação entre ele e seus eleitores e degradar a atividade política. No entanto, essa perspectiva normativa se enfraqueceu e aquilo que era visto inicialmente como algo negativo, foi tomado pela Ciência Política contemporânea como o resultado inexorável das modernas democracias representativas. A partir de então, os políticos profissionais, independente de sua posição ideológica, são predominantemente entendidos como agentes racionais, portadores de interesses próprios, cujas estratégias estão a serviço da maximização dos seus objetivos enquanto profissionais da política (por exemplo, Tsebelis, 1998; Figueiredo e Limongi, 2001; Amorim Neto e Santos, 2002; Santos, 2003; Leoni, Pereira, Rennó, 2003).

¹ O presente artigo é fruto de uma pesquisa promovida pelas instituições envolvidas no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD, sob o Projeto *Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar*, coordenado pelo Prof. Adriano Codato (UFPR). Foi aplicada em cinco estados da federação: Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Pará. A coleta dos dados seria impossível sem a participação também das seguintes pessoas e instituições: Prof. Emerson Cervi e Sandra Avi dos Santos (PPGCP-UFPR), Profa. Maria do Socorro Braga e Bruno Bolognesi (PPGCP-UFSC), Prof. Flavio Heinz (PPGH-PUCRS), Prof. Wilson de Oliveira e Prof. Ernesto Seidl (PPGS-UFSE) e Profa. Luzia Álvares (PPGCP-UFPA). Os autores agradecem à Jaqueline Borges, graduanda do curso de Ciências Sociais da UFPR e bolsista de Iniciação Científica CNPq/PIBIC, pela organização do banco.

² Há uma extensa literatura que discute o conceito de profissionalização política em termos próximos ao adotado neste artigo. Além do clássico trabalho de Weber (1993), ver também Guttman (1965); Prewitt (1970); Putnam (1976); Czudnowsky (1975; 1982); Birnbaum (1984; 1994); Panebianco (1985); Dahl (1989); Bourdieu (1989); Damamme (1999); Dogan (1999); Coradini (2001); Polsby (2008); Codato e Costa (2011).

Tendo em vista o problema da profissionalização política, alguns estudiosos têm se dedicado a analisar os partidos políticos como o lugar institucional em que se aprofunda o processo de triagem entre os diletantes e os profissionais da política, isto é, onde filtros separam aspirantes a candidatos e políticos profissionais operam com mais intensidade. Os partidos se destacam ainda como instituições capazes de distribuir incentivos organizacionais essenciais para o sucesso político. Estudos de diferentes abordagens sobre disputas legislativas, que podem passar pela profissionalização na política, pelos métodos de seleção de candidatos, pela propaganda eleitoral e pelo financiamento de campanha têm convergido em um ponto: aspirantes e candidatos que recebem mais incentivos dos partidos tendem a ter mais sucesso em campanhas eleitorais (RANNEY, 1965; NORRIS, 1997; RAHAT e HAZAN, 2001; PENNINGS e HAZAN, 2001; SELIGMAN, 1961; SCHMITT, CARNEIRO e KUSCHNIR, 1999; PEIXOTO, 2010). Tais recursos, entretanto, não são distribuídos aleatoriamente, mas tendem a privilegiar aqueles com maiores chances de sucesso eleitoral e que, em geral, são os mais próximos da condição de profissionais da política.

No Brasil, alguns pesquisadores começam a produzir análises a respeito do tema recrutamento político conferindo ênfase especial à relação entre profissionalização política e partidos políticos (MARENCO DOS SANTOS, 1997; ÁLVARES, 2007; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2010; RODRIGUES, 2006; CODATO e COSTA, 2011). Essa relação tende a ser particularmente significativa no Brasil, uma vez que, neste país, o pertencimento a um partido político é condição *sine qua non* para que um indivíduo entre de fato na vida política e participe da competição eleitoral. Assim, acredita-se que é dentro dos partidos políticos onde se pode favorecer ou criar obstáculos ao processo de profissionalização da política e onde primeiro pode se sentir os efeitos da sua presença ou de sua ausência.

A maior parte desses estudos sobre o caso brasileiro, porém, adota como fonte de informações ou os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre o perfil de candidatos e eleitos para o cargo de deputado federal (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2010) ou o perfil dos deputados federais publicados nos *Repertórios Biográficos* da Câmara dos Deputados (RODRIGUES, 2002; 2006). Desse modo, jamais analisam o processo de recrutamento partidário e a sua relação com a profissionalização política levando em consideração a perspectiva dos indivíduos nele diretamente envolvidos. Da mesma forma, embora esses estudos tenham identificado uma forte presença de políticos profissionais no processo de recrutamento para deputado federal, pouco dizem sobre os mecanismos internos aos partidos políticos que caracterizam a relação entre recrutamento e profissionalização política. Construir a análise a partir da perspectiva do próprio candidato e atentar para os impactos da profissionalização da política sobre o processo de recrutamento partidário são duas das principais contribuições que este artigo pretende agregar ao debate atual.

Este artigo procura analisar a profissionalização política e seus efeitos sobre os candidatos de quatro partidos brasileiros - o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e os Democratas (DEM) -, tendo como objeto de análise os candidatos à deputação federal por essas legendas nas eleições de 2010.

O artigo tem dois objetivos. O primeiro deles, essencialmente descritivo, é responder duas questões: (i) é possível identificar a existência de “profissionais da política” entre os candidatos a deputado federal nos partidos analisados?; (ii) há diferenças quanto a esse ponto quando comparamos os diferentes blocos de partidos, isto é, partidos de centro-esquerda e partidos de centro-direita? O segundo objetivo, essencialmente analítico, é responder outras duas questões: (i) a ocorrência de um número significativo de políticos profissionais nesse processo, caso aconteça, se relaciona em alguma medida com a percepção que os entrevistados têm acerca do processo de seleção de candidatos e com a distribuição de recursos organizacionais nos seus partidos?; (ii) essa relação, caso ocorra, é diferente nos blocos partidários de centro-esquerda e de centro-direita?

O artigo está dividido em cinco partes: na primeira, apresentamos a nossa definição conceitual e como ela determinou a construção do nosso índice de profissionalização política, além de apresentarmos o desenho geral da pesquisa; na segunda parte, analisamos a presença do fenômeno da profissionalização política entre os candidatos a deputado federal entrevistados e averiguamos se essa presença se diferencia em função do perfil ideológico dos partidos; na terceira parte, procuramos saber se há alguma relação entre os candidatos mais e menos profissionalizados quanto à sua percepção acerca do processo seletivo e se há diferenças quanto a isso no que diz respeito aos blocos ideológicos; na quarta parte, analisamos as eventuais relações entre a percepção que os candidatos mais e menos profissionalizados têm sobre a distribuição dos recursos organizacionais dentro dos partidos e, novamente, se há diferença quanto a esse ponto entre os blocos ideológicos; por fim, a título de conclusão, fazemos algumas considerações finais sobre os nossos achados.

Definição conceitual e descrição da pesquisa

Neste artigo, utilizamos a definição de “profissionalização política” formulada por Czudnowski (1975, p. 167-68), de clara inspiração weberiana, para quem há dois limites que, se ultrapassados, permitem indicar o “recrutamento inicial” em direção à profissionalização política: a) a passagem da participação política ocasional para a participação política contínua e b) a passagem da dedicação parcial à política para a dedicação integral. Quando essas duas passagens ocorrem, a tendência é que a política se torne a única fonte de remuneração do agente³. Ou seja, a profissionalização indica que indivíduos, além de terem na política uma fonte de remuneração, tendem a se dedicar a ela continuada e integralmente. Esse critério temporal - continuidade/regime de dedicação - permite-nos diferenciar o “político ocasional” daquele que exerce a política como profissão secundária e, por fim, daquele que tem na política a sua única profissão. Nesse sentido, o “político profissional” é um tipo ideal de agente que se dedica continuada e integralmente apenas à política e tem nela a sua única fonte de remuneração (Cf. Weber, 1993, p. 63 e 65).

Utilizando esses critérios teóricos, propomos um índice de profissionalização política a partir de cinco questões do questionário desta pesquisa. As questões utilizadas para a elaboração do índice foram as seguintes: “O senhor se dedica à atividade política em tempo integral?”; “O senhor poderia

³ A profissionalização política apenas indica que alguns indivíduos têm na política uma fonte de remuneração. Esse critério econômico, porém, nada diz sobre as crenças e disposições daquele que exerce a política como atividade remunerada. O indivíduo que vive da política pode, tanto quanto aquele que vive para a política, ter crenças e convicções sinceras ou não. Em síntese, não há a intenção de discutir o caráter normativo da profissionalização dos candidatos.

nos dizer quanto tempo em média dedica às atividades político-partidárias no período de um mês?"; "Quantos cargos políticos foram ocupados antes da atual candidatura?" e, por fim, "O senhor poderia nos dizer desde quando o senhor é filiado a este partido?"

O índice, denominado de "índice de tempo de dedicação à atividade política", varia de 3 a 13 pontos e identifica as seguintes categorias: baixo (de 3 a 6 pontos), médio (de 7 a 9), alto (de 10 a 13). Neste artigo, como mencionado anteriormente, busca-se avaliar a existência de correlações significativas entre esse índice e as variáveis referentes à percepção dos entrevistados acerca do processo seletivo e da distribuição de recursos organizacionais dentro de seus partidos.

A pesquisa baseia-se na aplicação de um questionário fechado a 120 candidatos a deputado federal nas eleições de 2010 dos seguintes partidos políticos: PT (30 casos), PMDB (30 casos), PSDB (30 casos) e DEM (30 casos). A coleta desses dados foi feita nos seguintes estados da Federação: Pará (16 casos, 13,3% do total), Sergipe (9 casos, 7,5%), São Paulo (39 casos, 32,5%), Rio de Janeiro (13 casos, 10,8%), Paraná (21 casos, 17,5%) e Rio Grande do Sul (22 casos, 18,3%). Como se percebe, a extrema desigualdade na coleta de dados quanto às regiões inviabiliza analisar os dados coletados a partir dessa variável. Por essa razão, decidimos, neste artigo, analisar o problema enunciado anteriormente tendo como referência apenas a totalidade dos candidatos e os blocos partidários de centro-esquerda (PT e PMDB, 60 casos) e centro-direita (PSDB e DEM, 60 casos).

Observe-se, por fim, que, do ponto de vista metodológico, os limites do nosso banco de dados não nos permitem formular conclusões sobre o processo de recrutamento no interior dos partidos políticos em geral. Ele não nos permite também fazer generalizações sobre os estados em que os dados foram coletados, já que o número de entrevistas é muito pequeno. Entretanto, podemos sim fazer considerações com alguma segurança sobre o processo de seleção comparado nos quatro partidos estudados - PT, PMDB, DEM e PSDB - uma vez que temos trinta candidatos para cada um deles (o mínimo para o teste t), numa amostra total de cento e vinte indivíduos distribuídos proporcionalmente entre os quatro partidos.

Profissionalização política e bloco ideológico

Inicialmente, constata-se que a distribuição dos entrevistados é razoavelmente favorável para aqueles com baixo tempo de dedicação à atividade política (39,8%), em detrimento dos que destinam alto tempo à atividade (29,1%). Por sua vez, 31,1% dos respondentes se situam entre os que dedicam um tempo médio à atividade política (Tabela 1). Assim, a profissionalização da atividade política não é uma realidade inequívoca, mas tampouco se constitui num fato numericamente desprezível.

Tabela 1
Tempo de dedicação à política

Tempo de dedicação à política	N	%	% válida
Baixo	41	34,2	39,8
Médio	32	26,7	31,1
Alto	30	25,0	29,1
Total	103	85,8	100,0
Missing	17	14,2	
Total	120	100,0	

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010” (Nusp-UFPR).

Mediante a distribuição dos entrevistados na escala de tempo de dedicação à atividade política por bloco partidário ideológico (Tabela 2), verifica-se que - tanto no segmento de centro-esquerda quanto no segmento de centro-direita - tal classificação é razoavelmente favorável para os candidatos que dedicam pouco tempo à política. No entanto, esta tendência é mais acentuada nos candidatos do bloco de centro-direita do que dentre os de centro-esquerda. No bloco de candidatos de centro-direita, a diferença entre a porcentagem de políticos que dispensam pouco tempo à atividade política e aqueles que destinam muito tempo a ela resulta em 12 pontos percentuais e no caso dos candidatos de centro-esquerda tal operação resulta em 9,4 pontos percentuais.

Tabela 2
Tempo de dedicação à política por bloco partidário/ideológico

Bloco partidário	Tempo de dedicação à política	N	%	% válida
Centro-esquerda	Baixo	20	33,3	37,7
	Médio	18	30,0	34,0
	Alto	15	25,0	28,3
	Total	53	88,3	100,0
	Missing	7	11,7	
Centro-direita	Baixo	21	35,0	42,0
	Médio	14	23,3	28,0
	Alto	15	25,0	30,0
	Total	50	83,3	100,0
	Missing	10	16,7	
	Total	60	100,0	

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010” (Nusp-UFPR).

Profissionalização política, processo seletivo e blocos ideológicos

Nesta parte do artigo, buscamos identificar, inicialmente, em que medida os dados apontam para alguma diferença entre as percepções que políticos profissionais e políticos ocasionais têm acerca do funcionamento do processo seletivo dentro dos seus partidos. Em seguida, veremos como tais diferenças se manifestam, se de fato existirem, no interior dos blocos ideológicos em análise. Para discutir a diferença de percepção entre políticos profissionais e políticos ocasionais acerca da natureza do processo seletivo de candidatos nos seus partidos cruzamos o nosso “índice de tempo de dedicação à política” com variáveis que descrevem a percepção dos candidatos acerca daquele processo.

Para avaliar a natureza do processo seletivo, utilizamo-nos de perguntas do questionário relacionadas às características que os candidatos julgam ser importantes para, primeiramente, compor a lista partidária e, em seguida, vencer a disputa eleitoral. Valem-nos ainda de questões referentes ao grau de participação e envolvimento dos diversos membros partidários no processo de composição da lista⁴. Essa distinção é importante, pois os entrevistados demonstraram saber que as condições para ser candidato pela legenda nem sempre coincidem com aquelas necessárias para ser eleito. Dito de outra forma, os candidatos sabem que os critérios que orientam o processo seletivo de formação da lista partidária não são os mesmos que operam no momento da disputa eleitoral.

As respostas obtidas pela nossa pesquisa revelam coerência entre o tempo de dedicação à política declarado pelo entrevistado e o que eles consideram fundamental para um aspirante a candidato compor a lista partidária (Tabela 3). Aqueles que se dedicam mais à política percebem como prioritário para tal objetivo “possuir boa densidade eleitoral” (26,7%), “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” (20%), “possuir bom trânsito no partido” (16,7%) e “firmeza ideológica” (16,7%).

Já aqueles que menos se dedicam à política tendem a valorizar mais a sua imagem fora da vida política como critério fundamental para compor a lista partidária. Para estes, a “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” (31,7%), “possuir bom trânsito no partido” (17,1%), “apoio de movimentos sociais e de base” (14,6%) e “conhecimento sobre o funcionamento da política” (14,6%) são fatores importantes para definir as suas chances de compor a lista de candidatos. Vale observar ainda que os políticos ocasionais tendem a desprezar a “boa densidade eleitoral” como determinante de suas chances de virem a participar da lista partidária, principal aspecto na opinião dos políticos profissionais.

⁴ As questões utilizadas foram as seguintes: “Qual é a primeira das principais características que o senhor julga serem as mais importantes para ser candidato a Deputado Federal?”; “O senhor poderia nos dizer qual a primeira das características que o senhor avalia como mais importantes para ser eleito Deputado Federal?”; “Sobre o processo de seleção de candidatos em seu partido, o senhor diria que o mesmo é: democrático, competitivo, hierárquico, burocrático, centralizado, descentralizado?”.

Tabela 3
Principal característica para ser candidato a Deputado Federal
por Índice de Tempo de Dedicção à Atividade Política

Qual é a primeira das principais características que o senhor julga ser a mais importante para ser candidato a Deputado Federal?	Característica	Índice				
			Baixo	Médio	Alto	Total
	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N	6	6	1	13
		%	14,6%	18,8%	3,3%	12,6%
	Recursos financeiros próprios	N	3	3	1	7
		%	7,3%	9,4%	3,3%	6,8%
	Domínio da oratória e retórica política	N	1	1	1	3
		%	2,4%	3,1%	3,3%	2,9%
	Possuir bom trânsito no partido	N	7	0	5	12
		%	17,1%	,0%	16,7%	11,7%
	Possuir boa densidade eleitoral	N	0	3	8	11
		%	,0%	9,4%	26,7%	10,7%
	Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N	13	6	6	25
		%	31,7%	18,8%	20,0%	24,3%
	Firmeza ideológica	N	2	7	5	14
		%	4,9%	21,9%	16,7%	13,6%
	Apoio de movimentos sociais e de base	N	6	3	2	11
		%	14,6%	9,4%	6,7%	10,7%
	Disponibilidade (tempo)	N	3	2	1	6
		%	7,3%	6,3%	3,3%	5,8%
	Outros	N	0	1	0	1
		%	,0%	3,1%	,0%	1,0%
	Total	N	41	32	30	103
		%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa "Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010" (Nusp-UFPR).

Com relação aos aspectos mais mencionados como prioritários pelo conjunto de candidatos para se eleger deputado federal (Tabela 4), destacam-se: "boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política" (22,3%), "possuir boa densidade eleitoral" (18,4%) e "recursos financeiros próprios" (14,6%). Percebe-se por esses dados que, quando o objetivo é vencer a disputa eleitoral, "firmeza ideológica", antes apontada como a segunda característica prioritária para um aspirante a candidato ser inserido na lista partidária, é agora preterida em favor de "possuir boa densidade eleitoral" e "recursos financeiros próprios".

No que tange ao cruzamento do *índice de tempo de dedicação à atividade política* com a percepção acerca de que características os candidatos consideraram importantes para se eleger deputado, ele se mostrou significativo com $\text{sig} = 0,004$ para o coeficiente de contingência (coeficiente 0,520). Repete-se aqui a tendência verificada na análise anterior. Isto é, os candidatos que mais se dedicam à política tendem a valorizar mais o peso de "possuir boa densidade eleitoral" (26,7%) do que os candidatos que menos se dedicam à política, dentre os quais apenas 9,8% veem esse mesmo aspecto como uma prioridade para vencer a disputa eleitoral. Ambos os grupos valorizam igualmente a boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política (26,7%).

Tabela 4
Principal característica para ser eleito Deputado Federal
por Índice de Tempo de Dedicção à Atividade Política

Característica	Índice				
		Baixo	Médio	Alto	Total
O senhor poderia nos dizer qual a primeira das características que o senhor avalia como mais importante para ser eleito Deputado Federal?	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N 7	6	2	15
	%	17,1%	18,8%	6,7%	14,6%
	Recursos financeiros próprios	N 7	4	4	15
	%	17,1%	12,5%	13,3%	14,6%
	Domínio da oratória e retórica política	N 0	1	0	1
	%	,0%	3,1%	,0%	1,0%
	Possuir bom trânsito no partido	N 7	0	0	7
	%	17,1%	,0%	,0%	6,8%
	Possuir boa densidade eleitoral	N 4	7	8	19
	%	9,8%	21,9%	26,7%	18,4%
	Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N 10	5	8	23
	%	24,4%	15,6%	26,7%	22,3%
	Firmeza ideológica	N 2	7	0	9
	%	4,9%	21,9%	,0%	8,7%
	Apoio de movimentos sociais e de base	N 1	1	5	7
	%	2,4%	3,1%	16,7%	6,8%
	Disponibilidade (tempo)	N 3	0	2	5
	%	7,3%	,0%	6,7%	4,9%
	Outros	N 0	1	1	2
	%	,0%	3,1%	3,3%	1,9%
	Total	N 41	32	30	103
	%	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa "Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010" (Nusp-UFPR).

Quando analisamos as atitudes dos candidatos por blocos ideológicos, o cruzamento do *índice de tempo de dedicação à política* com a percepção das características que os candidatos consideram importantes para compor a lista de deputados (Tabela 5) mostrou-se significativo com $p=0,037$ para o coeficiente de contingência para o bloco de centro-esquerda (com coeficiente de 0,601) e para o segmento de centro-direita (coeficiente de 0,595).

Verifica-se, assim, que a diferença entre os políticos ocasionais e os políticos profissionais no bloco de centro-esquerda reside em três pontos: em primeiro lugar, os políticos ocasionais tendem a desprezar o peso de "possuir boa densidade eleitoral" para obter um lugar na lista partidária, enquanto esta mesma característica é vista como a mais importante para compor a lista por 20% dos políticos profissionais; em segundo lugar, a importância da "firmeza ideológica" é minimizada pelos políticos ocasionais (5%), mas valorizada pelos políticos profissionais (26,7%); por fim, a "boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política" é muito mais importante para os políticos ocasionais (25%) do que para os políticos profissionais (6,7%).

Sobre os candidatos do bloco de centro-direita, verifica-se que a diferença entre os políticos ocasionais e os políticos profissionais reside em dois pontos: primeiramente, aqui também, os políticos

ocasionais tendem a desprezar o peso de “possuir boa densidade eleitoral” para compor a lista partidária, enquanto esta é tida como a característica mais importante para 33,3% dos políticos do segundo grupo; em segundo lugar, a “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” são mais reconhecidos como uma prioridade entre os políticos ocasionais (38,1%) do que entre os políticos profissionais (33,3%).

Esses dados revelam, portanto, semelhanças e diferenças entre os dois blocos. No que diz respeito às semelhanças, dois pontos devem ser enfatizados: primeiro, que há semelhanças significativas no comportamento dos políticos ocasionais de centro-esquerda e centro-direita, já que ambos tendem a desprezar a “densidade eleitoral” e a valorizar a “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” e, segundo, que há também semelhanças entre os políticos profissionais dos dois blocos, já que ambos valorizam a densidade eleitoral como característica fundamental para um aspirante a candidato ser bem sucedido. No que diz respeito às diferenças, percebe-se que, de um lado, é uma marca dos políticos ocasionais do bloco de centro-esquerda conferir importância maior ao “apoio de movimentos sociais e de base” (20%) como fator prioritário para um aspirante compor a lista de candidatos do partido. De outro lado, é bastante marcante entre os políticos ocasionais do bloco de centro-direita conferir importância ao “conhecimento sobre o funcionamento da política” (23,8%) e aos “recursos financeiros próprios” (14,3%) para se transformarem em candidatos.

Tabela 5
Principal característica para ser candidato a Deputado Federal por Índice de Tempo de Dedicção à Atividade Política (por bloco ideológico)

Bloco partidário		Característica	Índice				
				Baixo	Médio	Alto	Total
Centro-esquerda	Qual é a primeira das principais características que o senhor julga ser a mais importante para ser candidato a Deputado Federal?	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N	1	5	1	7
			%	5,0%	27,8%	6,7%	13,2%
		Recursos financeiros	N	0	2	1	3
			%	,0%	11,1%	6,7%	5,7%
		Domínio da oratória e retórica política	N	1	0	1	2
			%	5,0%	0%	6,7%	3,8%
		Possuir bom trânsito	N	6	0	1	7
			%	30,0%	,0%	6,7%	13,2%
		Possuir boa densidade	N	0	0	3	3
			%	,0%	,0%	20,0%	5,7%
		Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N	5	2	1	8
			%	25,0%	11,1%	6,7%	15,1%
		Firmeza ideológica	N	1	4	4	9
			%	5,0%	22,2%	26,7%	17,0%
		Apoio de movimentos	N	4	2	2	8
			%	20,0%	11,1%	13,3%	15,1%
		Disponibilidade (tempo)	N	2	2	1	5
			%	10,0%	11,1%	6,7%	9,4%
		Outras	N	0	1	0	1
			%	,0%	5,6%	,0%	1,9%
		Total	N	20	18	15	53
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Centro-direita	Qual é a primeira das principais características que o senhor julga ser a mais importante para ser candidato a Deputado Federal?	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N	5	1	0	6
			%	23,8%	7,1%	,0%	12,0%
		Recursos financeiros	N	3	1	0	4
			%	14,3%	7,1%	,0%	8,0%
		Domínio da oratória e retórica política	N	0	1	0	1
			%	,0%	7,1%	,0%	2,0%
		Possuir bom trânsito no	N	1	0	4	5
			%	4,8%	,0%	26,7%	10,0%
		Possuir boa densidade	N	0	3	5	8
			%	,0%	21,4%	33,3%	16,0%
		Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N	8	4	5	17
			%	38,1%	28,6%	33,3%	34,0%
		Firmeza ideológica	N	1	3	1	5
			%	4,8%	21,4%	6,7%	10,0%
		Apoio de movimentos	N	2	1	0	3
			%	9,5%	7,1%	,0%	6,0%
		Disponibilidade (tempo)	N	1	0	0	1
			%	4,8%	,0%	,0%	2,0%
		Total	N	21	14	15	50
			%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa "Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010" (Nusp-UFPR).

No que tange à análise dos blocos ideológicos a partir do cruzamento do *índice de tempo de dedicação à atividade política* com a percepção das características que os candidatos consideram importantes para vencer a disputa para deputado federal (Tabela 6), constata-se sig=0,004 para o coeficiente de contingência para o bloco de centro-esquerda (coeficiente 0,631) e o sig=0,044 para o coeficiente de contingência para o bloco de centro-direita (coeficiente 0,571).

Para os políticos ocasionais do bloco de centro-esquerda, a principal característica para ser eleito deputado é “possuir bom trânsito no partido” (35%), seguida de “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” (20%). Para os políticos profissionais de centro-esquerda, as principais características para ser eleito são: “recursos financeiros próprios” (26,7%), “possuir boa densidade eleitoral” (26,7%) e “apoio de movimentos sociais e de base” (26,7%).

Os políticos ocasionais de centro-direita, por sua vez, apontaram como principais características para serem eleitos a “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” (28,6%), “conhecimento sobre o funcionamento da política” (23,8%) e “recursos financeiros próprios” (23,8%). Os políticos profissionais deste mesmo grupo apontam para a importância de “possuir boa densidade eleitoral” (26,7%) e “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” (46,7%).

Mais uma vez, encontramos aqui semelhanças e diferenças interessantes. Quanto às semelhanças, percebe-se que os políticos ocasionais dos dois blocos tendem a valorizar a “boa reputação” como uma característica importante para vencer a disputa eleitoral, enquanto os políticos profissionais tendem a conferir lugar de destaque para a “boa densidade eleitoral”. No que se refere às diferenças, observa-se que somente entre os políticos ocasionais de direita o uso de “recursos financeiros próprios” aparece como um item de destaque para vencer a disputa eleitoral, enquanto “possuir bom trânsito no partido” aparece apenas na lista dos políticos ocasionais de centro-esquerda. Por fim, como era de se esperar, somente entre os profissionais de centro-esquerda ter “apoio de movimentos sociais e de base” aparece como característica central para vencer a disputa eleitoral.

Tabela 6
Principal característica para ser eleito Deputado Federal
por Índice de Tempo de Dedicação à Atividade Política (por bloco ideológico)

Bloco partidário		Característica	Índice			
				Baixo	Medio	Alto
Centro-esquerda	O senhor poderia nos dizer qual a primeira das características que o senhor avalia como mais importantes para ser eleito Deputado Federal?	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N	2	6	1
			%	10,0%	33,3%	6,7%
		Recursos financeiros próprios	N	2	2	4
			%	10,0%	11,1%	26,7%
		Possuir bom trânsito no partido	N	7	0	0
			%	35,0%	,0%	,0%
		Possuir boa densidade eleitoral	N	2	3	4
			%	10,0%	16,7%	26,7%
		Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N	4	2	1
			%	20,0%	11,1%	6,7%
		Firmeza ideológica	N	1	3	0
			%	5,0%	16,7%	,0%
		Apoio de movimentos sociais e de base	N	0	1	4
			%	,0%	5,6%	26,7%
		Disponibilidade (tempo)	N	2	0	0
			%	10,0%	,0%	,0%
Centro-direita	O senhor poderia nos dizer qual a primeira das características que o senhor avalia como mais importantes para ser eleito Deputado Federal?	Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	N	5	0	1
			%	23,8%	,0%	6,7%
		Recursos financeiros próprios	N	5	2	0
			%	23,8%	14,3%	,0%
		Domínio da oratória e retórica política	N	0	1	0
			%	,0%	7,1%	,0%
		Possuir boa densidade eleitoral	N	2	4	4
			%	9,5%	28,6%	26,7%
		Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	N	6	3	7
			%	28,6%	21,4%	46,7%
		Firmeza ideológica	N	1	4	0
			%	4,8%	28,6%	,0%
		Apoio de movimentos sociais e de base	N	1	0	1
			%	4,8%	,0%	6,7%
		Disponibilidade (tempo)	N	1	0	2
			%	4,8%	,0%	13,3%
		Total	N	21	14	15
			%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa "Seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições de 2010" (Nusp-UFPR).

Por fim, o cruzamento entre o índice de tempo de dedicação à atividade política com questões referentes ao grau de participação e envolvimento dos diversos membros partidários no processo de composição da lista não demonstrou significância estatística mediante o teste de correlação - coeficiente de contingência -, o que nos permite afirmar que o tempo de dedicação à política não afeta a percepção dos candidatos do processo de recrutamento como mais ou menos centralizado, burocrático ou hierárquico.

Profissionalização política, recursos partidários e blocos ideológicos

Nesta parte do artigo, buscamos avaliar a existência de correlações significativas entre o índice e as variáveis referentes à percepção dos entrevistados acerca da distribuição de recursos organizacionais dentro de seus partidos. Quando os candidatos foram perguntados sobre que tipo de apoio eles esperam do partido foi possível verificar que as principais demandas recaem sobre os seguintes itens: espaço no horário eleitoral gratuito (35%), material de campanha (24,3%) e recursos financeiros (12,6%). Como o cruzamento não se revelou estatisticamente significativo ($p=0,374$ para coeficiente de contingência) não é possível afirmar tendências específicas de comportamento para os grupos de políticos. Ou seja, a distribuição das demandas sobre os recursos organizacionais ocorre a despeito do índice de dedicação.

No entanto, é interessante comparar quais as prioridades percebidas pelos grupos de candidatos de centro-esquerda e de centro-direita. Neste caso, “material de campanha” e “espaço no horário eleitoral” são as duas principais demandas de ambos os segmentos. Porém, material de campanha é mais esperado entre os candidatos de centro-esquerda (28,3%) do que entre os de centro-direita (20%), enquanto o horário eleitoral é mais demandado entre os candidatos de centro-direita (48%) do que entre os de centro-esquerda (22,6). Além disso, enquanto os candidatos de centro-esquerda desejam mais o apoio da militância (18,9%), os candidatos de centro-direita esperam mais o apoio de parlamentares ou líderes de partidos (16%). Os candidatos com alto tempo de dedicação à atividade política são aqueles que mais demandam apoio da militância dentre os de centro-esquerda (26%) e são aqueles que mais esperam apoio de parlamentares e líderes de partidos no segmento de centro-direita (20%).

Esses achados são bastante intuitivos. É esperado que entre os candidatos de centro-esquerda a demanda por apoio da militância do partido seja mais significativa e que entre candidatos do bloco oposto predomine o apoio de parlamentares e líderes partidários. A demanda por tempo de televisão por parte dos candidatos a deputado federal, por sua vez, tem o seu fundamento. Independentemente da posição ideológica, candidatos buscam visibilidade pública. Alguns estudos têm revelado a existência de uma alta correlação entre tempo na TV e votação no candidato a deputado federal (SCHMITT, CARNEIRO e KUSCHNIR, 1999). A busca por material de campanha tem a mesma motivação. Assim, tanto a distribuição do tempo de televisão quanto a repartição dos recursos para material de campanha aparecem como os recursos partidários mais demandados, por serem capazes de promover a passagem dos candidatos no filtro final, sob o crivo dos eleitores.

Considerações Finais

Com este artigo pudemos constatar a existência de “profissionais da política” e de “políticos ocasionais” dentre os candidatos a deputado federal de quatro partidos (PT, PSDB, PMDB, DEM) em 2010. Verificou-se que o primeiro tipo é menos recorrente do que o segundo. No que tange à classificação dos partidos em blocos ideológicos, verifica-se a predominância dos políticos ocasionais sobre os profissionais nas duas esferas, mas tal tendência é mais acentuada entre os candidatos de centro-direita. Isto quer dizer que, dentre os casos estudados, a tendência a recrutar profissionais da política como candidatos a deputado federal é mais forte entre os partidos de centro-esquerda. Esses achados são coerentes com o que se sabe sobre o funcionamento dos partidos de esquerda, nos quais há forte tendência à promoção de futuros candidatos que tenham sólidos vínculos com a organização partidária em que atuam e que, por seu turno, investe significativamente na formação de seus quadros. Postura contrária têm os partidos de direita, que, de acordo com estudos realizados, tendem a buscar mais a incorporação de pessoas notáveis capazes de reconverter seus capitais pessoais (econômicos, profissionais ou de outra natureza) em capital político dentro do partido (CORADINI, 2001; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007).

Vimos também que políticos profissionais e políticos ocasionais tendem a ter leituras parcialmente distintas sobre que aspectos mais importam na hora de definir a composição da lista e as chances de vitória eleitoral. Aqueles que menos se dedicam à política tendem a acreditar que sua imagem fora da vida política é mais determinante para compor a lista partidária do que o grupo que mais se dedica à atividade política, o que soa bastante pertinente. Quanto a esse ponto, vimos que os políticos ocasionais tendem a anular o peso de “possuir boa densidade eleitoral”, posição diametralmente oposta à sustentada pelos políticos profissionais.

Como marca dos “políticos ocasionais” do bloco de centro-esquerda tem-se o destacado peso dado ao “apoio de movimentos sociais e de base” enquanto característica importante para a inserção do seu nome na lista partidária. Já os políticos ocasionais de centro-direita dão maior centralidade ao “Conhecimento sobre o funcionamento da política” e aos “Recursos financeiros próprios”.

Coerente com a mesma lógica de um recrutamento mais endógeno ao campo político, no caso da centro-esquerda, e mais exógeno, no caso da centro-direita, tem-se que a “firmeza ideológica” é enfatizada pelos políticos profissionais do primeiro bloco como um fator importante para a seleção de candidatos, enquanto “possuir boa densidade eleitoral”, “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política” e “bom trânsito no partido” foram as mais destacadas pelos políticos profissionais de centro-direita.

Todos os achados a partir das percepções dos candidatos a deputados ouvidos corroboram o argumento de Rodrigues (2002; 2006) quando analisa a composição das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados na 51ª Legislatura (1999-2003) e quando identifica as mudanças no perfil dos parlamentares da 51ª para a 52ª Legislatura. Isto é: o recrutamento político se dá de maneira distinta a depender do bloco ideológico do partido.

Por fim, o cruzamento entre o *índice de tempo de dedicação à atividade política* e as questões referentes ao grau de participação e envolvimento dos diversos membros partidários no processo de composição da lista não demonstrou significância estatística mediante o teste de correlação -

coeficiente de contingência. Por essa razão, afirmamos que o tempo de dedicação à política não afeta a percepção dos candidatos quanto ao caráter mais ou menos centralizado, burocrático ou hierárquico do processo de recrutamento. Sobre o tipo de apoio que eles esperam do partido foi possível verificar que as principais demandas são por recursos financeiros, material de campanha e espaço no horário eleitoral gratuito. De novo, como o cruzamento não se revelou estatisticamente significativo, não podemos afirmar tendências específicas de comportamento para os grupos de políticos.

O que podemos sugerir por ora, à guisa de conclusão, são os seguintes pontos:

- 1) É possível dizer que a formação da lista de candidatos dos partidos analisados não é totalmente dominada nem por políticos profissionais nem por políticos ocasionais, o que garante, ao mesmo tempo, certa abertura àqueles que se dedicam ocasionalmente à política e presença significativa de profissionais no processo de seleção de candidatos. Isso, como parece óbvio, tem claras implicações sobre o caráter mais ou menos aberto (mais ou menos democrático) do processo de seleção de candidatos.
- 2) Parece que a profissionalização política induz os agentes a conferirem maior importância aos aspectos internos do jogo político - por exemplo, densidade eleitoral do pretendente ou bom trânsito dentro do partido - e que a não-profissionalização leva o indivíduo a enfatizar seus recursos propriamente pessoais. Isso é bastante intuitivo, já que os políticos ocasionais, mais distantes do jogo eleitoral e da profissionalização, tendem a apostar na conversão do seu capital pessoal em capital político para serem bem sucedidos, ao passo que o profissional aposta menos em fatores dessa natureza.
- 3) O fato de que tanto os políticos profissionais de centro-esquerda quanto os de centro-direita consideram como o mais importante atributo para figurar na lista de candidatos ou para ser eleito deputado federal ter “alta densidade eleitoral” revela que a institucionalização da competição política e a profissionalização dessa atividade tendem a uniformizar a percepção desses dois campos ideológicos. Ou seja, políticos profissionais de direita e de esquerda sabem que ter votos é fundamental para a sua carreira política. Seguem-se disso possíveis similaridades nas estratégias políticas dos agentes nos dois campos. Afinal, esses indivíduos sabem que ser bom puxador de legenda ou ao menos ter boas chances eleitorais são critérios que contam na distribuição de horário eleitoral e material de campanha, por exemplo.
- 4) O fato, porém, de que os mesmos políticos profissionais de ambos os blocos valorizam também coisas diferentes para entrar na lista partidária - “firmeza ideológica”, no caso da esquerda, e “boa reputação pessoal fora da política”, no caso da direita - e para vencer a eleição - “apoio dos movimentos sociais”, no caso da esquerda, e, novamente, “boa reputação pessoal fora da política”, no caso da direita -, revela que a uniformização produzida pela profissionalização política - “todos precisam vencer eleições” - não apaga totalmente as diferenças entre os dois campos ideológicos, o que também deve produzir importantes consequências para a configuração do processo político. Isto é, esquerda e direita se parecem, mas nem tanto. Do ponto de vista do eleitor, isto é, de sua capacidade de diferenciar os candidatos, isso parece importante.

Referências Bibliográficas

- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. A produção legislativa do congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, L.W. (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/luperj, 2002.
- ALBUQUERQUE, A.; DIAS, M. "Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, vol.2, nº 2, p. 309-326, dez, 2002.
- ÁLVARES, M. L. M. "Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002." *V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- _____. "Formação de elites e seleção de candidaturas: o 'jardim secreto' da elaboração das listas partidárias." *XXXI Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2007.
- BIRNBAUM, P. *Dimensions du pouvoir*. Paris: Presse Universitaire de France, 1984.
- _____. *Les sommets de l'État*. Essais sur l'élite du pouvoir en France. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, M.S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. "Recrutamento e Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2006". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 24 nº 70, p.123-143, jun. 2009.
- CODATO, A.; COSTA, L. D. "A profissionalização da classe política brasileira no século XXI." *ANPOCS*, Caxambu, 2011.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. Micropolitical Theory. In: GREENSTEIN, F. I. e POLSBY, N. W. (orgs.). *Handbook of Political Science*. Vol. 2, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- _____. Introduction: A Statement of the Issues. In: _____. (org.). *Does Who Governs Matter?* DeKalb: Northern Illinois University Press, 1982.
- DAHL, R. *Who Governs?* New Haven: Yale University Press, 1989.
- DAMAMME, D. Professionnel de la politique, un métier peu avouable In: OFFERLÉ, M. (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999.
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmose, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, [2ª edição], 2001.
- FREIDENBERG, F. & LOPES, F. S. "Como se escolhe um candidato a presidente? Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina". *Revista Opinião Pública*, vol.8, nº1, 2002.
- GUTTSMAN, W. L. *The British Political Elite*. London: MacGibbon & Kee, 1965.
- HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- LEONI, E., PEREIRA, e RENNÓ, L. "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil". *Opinião Pública*, vol.9, nº 1, 2003.
- MARENCO DOS SANTOS, A. "Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 33, 1997.
- _____. e SERNA, M. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº 64, 2007.

NORRIS, P. *Passages to Power: Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997.

OFFERLÉ, M. Profession et professions politiques. In: _____. (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. M. *“Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil.”* Rio de Janeiro. Tese de doutoramento defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2010.

PENNINGS, P, HAZAN, R. Y. “Democratizing Candidate Selection: Causes and Consequences”. *Party Politics*, vol. 7, nº 3, 2001.

PERISSINOTTO, R.; MIRIADÉ, A. “Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 52, nº 2, 2009.

_____.; BOLOGNESI, B. “Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)”. *Brazilian Political Science Review*, vol.4, 2010.

POLSBY, N. “A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, nº 30, jun. 2008.

PREWITT, K. *The Recruitment of Political Leaders: A Study of Citizen-Politicians*. New York: The Bobbs-Merrill Company Inc., 1970.

PUTNAM, R. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall, 1976.

RAHAT, G. & HAZAN, R. “Candidate Selection Methods: An Analytical Framework”. *Party Politics*, vol. 7, nº 3, 2001.

RANNEY, A. *Pathways to parliament candidate selection in Britain*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara Federal*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Mudança na Classe Política Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, F. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SELIGMAN, L.G. “Political recruitment and party structure: a case study.” *American Political Science Review*, vol.55, p.77-86, 1961.

SCHMITT, R.; CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. “Estratégias de campanha no horário gratuito de propaganda eleitoral em eleições proporcionais”. *Dados*, vol.42, nº 2, 1999.

TSEBELIS, G. *Jogos ocultos*. São Paulo: Edusp, 1998.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

Renato Monseff Perissinotto - monseff@gmail.com

Luciana Fernandes Veiga - lucveiga@terra.com.br

Submetido à publicação em setembro de 2012.

Aprovado para publicação em abril de 2013.